

Nota informativa



Resultado do PIB 2T21 – Liderança do setor de serviços

Quarta-feira, 01 de setembro de 2021

RESUMO

- O PIB registrou retração na margem de 0,1% no 2T21, na série com ajuste sazonal. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o PIB cresceu 12,4%, mostrando recuperação em relação ao vale da crise de 2020.
- Diante desse resultado, constata-se que o Brasil tem recuperado a atividade econômica de forma mais rápida do que outros países. Na amostra de mais de 30 países e grupos da OCDE que já divulgaram seus resultados trimestrais, o Brasil apresentou desempenho do PIB acima da média no resultado interanual e no acumulado em 4 trimestres. No acumulado em 4 trimestres, o Brasil supera países desenvolvidos como o Reino Unido e Alemanha e em relação aos emergentes, fica atrás apenas da China e do Chile.
- No 2T21, o destaque do PIB pelo lado da oferta foi o desempenho dos serviços, com alta de 0,7% ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal, reflexo do crescimento de informação e comunicação e outros serviços, além da recuperação do comércio. Houve queda na agropecuária (-2,8%), devido a problemas climáticos, e na indústria (-0,2%), explicada em parte por escassez de insumos, em especial no ramo automobilístico.
- Do lado da demanda, houve queda nos investimentos (FBCF), com recuo de 3,6% no 2T21 ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal. Houve estabilidade no consumo das famílias (0,0%). Outros componentes da demanda indicam continuidade da recuperação, como a variação positiva do consumo do governo (0,7%) e a elevação das exportações líquidas, com crescimento das exportações (9,4%) e retração das importações (-0,6%), na margem com ajuste sazonal.
- O resultado negativo ocorreu no trimestre em que houve o maior número de mortes por Covid e com efeitos setoriais relevantes. Porém, mais relevante do que observar o número do crescimento, é analisar a sua qualidade. Importantes reformas pró-mercado e medidas de consolidação fiscal estão sendo aprovadas, lançando as bases para o crescimento sustentável do país no longo prazo. Destaca-se a melhora relevante nos indicadores fiscais, com redução das projeções da dívida bruta em percentual do PIB e menor déficit primário para 2021-22.
- Destaca-se que a taxa de poupança alcançou 20,9% no 2T21, 6,8 p.p. acima do mesmo trimestre de 2019. O valor verificado no 2T21 é a taxa mais alta para o segundo trimestre desde 2000, início da série histórica. A taxa de investimento se elevou para 18,2%, maior valor para um segundo trimestre desde 2014.
- Os principais fatores positivos para atividade no segundo semestre de 2021 são: i) maior crescimento global; ii) investimento financiado pelo setor privado; iii) aumento da taxa de poupança; iv) mercado de crédito e de capitais em expansão e v) recuperação do emprego



formal e informal com a vacinação em massa. Os principais riscos são: a não continuidade da consolidação fiscal, recrudescimento da pandemia e risco hídrico.

- Para garantir a continuidade da retomada econômica sustentável no longo prazo, é fundamental avançar no processo de consolidação fiscal e reformas pró-mercado. Entre os benefícios trazidos por esta agenda econômica à população, mencionam-se: sólidos fundamentos macroeconômicos do país, taxa de juros estrutural mais baixa, aumento de produtividade, segurança jurídica, melhor ambiente de negócios, aumento do investimento, mais emprego e renda para famílias brasileiras.

1. Análise do resultado do PIB do 2T21

No 2T21, o PIB registrou retração de 0,1% na comparação com o 1T21, com ajuste sazonal. Do lado da oferta, os serviços mostraram continuidade da recuperação, com alta de 0,7% ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal, reflexo do bom desempenho de informação e comunicação (5,6%) e de outras atividades de serviços (2,1%), além da recuperação do comércio (0,5%). A melhora do setor se deve, em grande medida, ao avanço da vacinação em massa. Já na agropecuária, houve queda de 2,8%, devido a problemas climáticos, menor produção da safra de café.

O nível da indústria reduziu-se em 0,2% na margem, explicado pela recuperação mais lenta do setor de transformação após a retração em março. Observa-se que problemas de escassez de insumos afetaram o setor, em especial no ramo automobilístico. Apesar do recuo na indústria de transformação (-2,2%), houve crescimento nas indústrias extrativas (5,3%) e na construção civil (2,7%). Mesmo com o resultado negativo no 2T21, observa-se que o elevado nível da confiança dos empresários e a contínua melhora da expectativa de demanda no setor indicam a retomada da produção industrial no 3T21.

Do lado da demanda, houve queda nos investimentos (FBCF), com recuo de 3,6% no 2T21 ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal, interrompendo sequência de três trimestres seguidos de forte alta. Essa queda está em linha com o recuo na margem da indústria e ligada à retração da produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) e da produção de insumos típicos da construção civil. Semelhante à produção industrial, possíveis problemas no atraso da entrega dos pedidos e matérias-primas podem ter afetado negativamente. No entanto, observa-se que os indicadores de expectativa de investimento dos industriais para os próximos seis meses indicam continuidade do crescimento do investimento. Por outro lado, notou-se estabilidade da recuperação do consumo das famílias, crescimento do consumo do governo (0,7%) e forte elevação das exportações líquidas, com aumento de 9,4% das exportações e retração das importações em 0,6%. Esses resultados geram efeito de carregamento estatístico (*carry over*) de 4,9% para o PIB de 2021.

Outro destaque é a taxa de poupança, que alcançou 20,9% no 2T21, 6,8 p.p. acima do mesmo trimestre de 2019. O valor verificado no 2T21 é a taxa mais alta para o segundo trimestre desde 2000, início da série histórica. A taxa de investimento se elevou para 18,2%, maior valor para um segundo trimestre desde 2014.

**Tabela 1 – Resultado do PIB do 2T21**

	2019	2020	2021*	Variação % ante mesmo trimestre do ano anterior					Variação % ante trimestre anterior (com ajuste sazonal)					2021 (carry over)
				2020.	2020.	2020.	2021.	2021.	2020	2020	2020	2021.I	2021.	
				II	III	IV	I	II	.II	.III	.IV		II	
PIB p.m	1.4	-4.1	1.8	-10.9	-3.9	-1.1	1.0	12.4	-9.0	7.7	3.1	1.2	-0.1	4.9
Oferta														
Agropecuária	0.6	2.0	2.0	2.5	0.4	-0.4	5.2	1.3	0.4	0.0	-2.0	6.5	-2.8	2.7
Indústria	0.4	-3.5	4.7	-14.1	-0.9	1.2	3.0	17.8	-12.1	15.2	1.5	0.7	-0.2	5.5
Serviços	1.7	-4.5	0.5	-10.2	-4.8	-2.2	-0.8	10.8	-8.7	6.3	2.8	0.7	0.7	4.1
Demanda														
Consumo das Famílias	2.2	-5.5	-0.4	-12.2	-6.0	-3.0	-1.7	10.8	-11.3	7.5	3.0	0.1	0.0	2.9
Consumo do Governo	-0.4	-4.7	-2.6	-8.5	-5.3	-4.1	-4.9	4.2	-7.9	3.4	0.9	-0.8	0.7	-0.1
FBCF	3.4	-0.8	12.8	-13.9	-7.8	13.5	17.0	32.9	-14.1	10.2	18.3	4.8	-3.6	16.4
Exportação	-2.4	-1.8	2.4	0.7	-1.1	-4.3	0.8	14.1	-0.5	-0.5	-0.3	4.9	9.4	11.6
Importação (-)	1.1	-10.0	-1.7	-14.6	-25.0	-3.1	7.7	20.2	-10.0	-8.0	19.5	10.0	-0.6	16.6

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/ME. * Acumulado em 4 trimestres até 2T21.

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o PIB cresceu 12,4%, recuperando a queda provocada no ano passado pelo pior momento da pandemia, em termos de atividade econômica. Dentre os componentes da oferta, em termos interanuais, o destaque positivo veio da indústria, que acelerou a trajetória de crescimento para 17,8% no 2T21, recuperando-se ante o pior momento da pandemia no ano passado. A tendência no setor de serviços continua apresentando melhoras, com a variação interanual passando ao terreno positivo (10,8%). A agropecuária, que foi pouco afetada pela pandemia, cresceu 1,3% em termos interanuais. De acordo com os prognósticos da LSPA/IBGE, continua a expectativa de nova safra recorde em 2021.

Pelo lado da demanda, todos os componentes tiveram crescimento interanual. Cabe ressaltar a recuperação do investimento após a crise da Covid-19, que teve alta de 32,9% no trimestre, influenciada pelo aumento da produção de bens de capital, em especial máquinas e equipamentos. Há ainda alguma influência residual do ajuste de plataformas fictas, mas é importante salientar que a retomada da FBCF mais rápida do que nas crises anteriores relaciona-se com maior participação do setor privado.

Importante notar que houve recuperação no consumo das famílias (10,8%) e no consumo do governo (4,2%). As exportações (14,1%) e as importações (20,2%) também cresceram fortemente, mostrando a continuidade da retomada do dinamismo no comércio exterior.

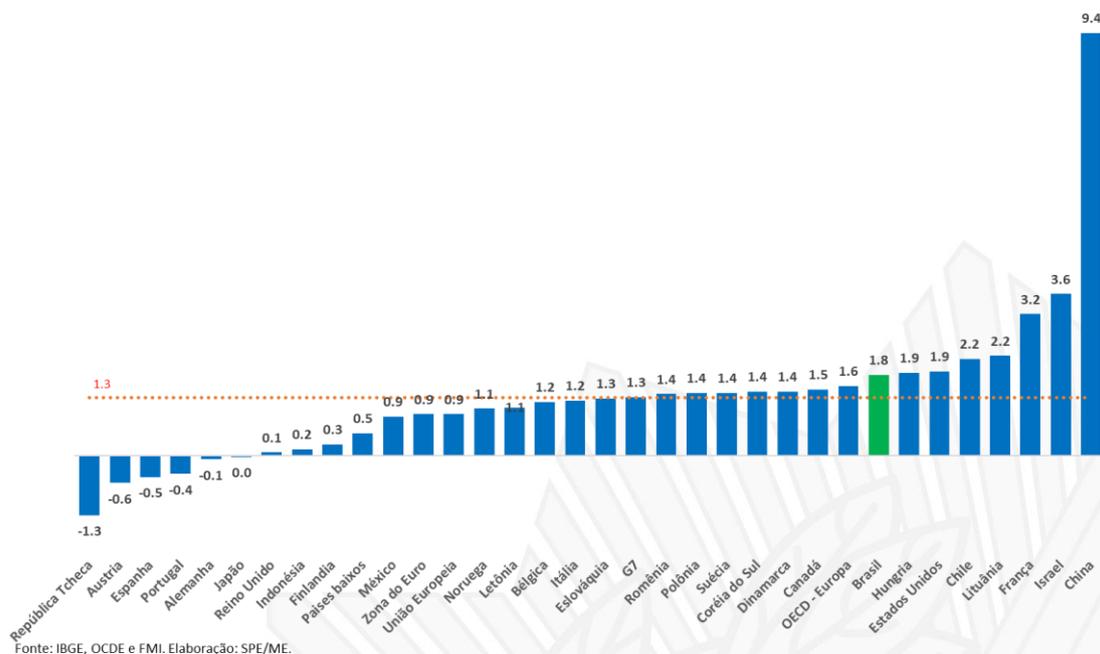
O PIB acumulado em 4 trimestres teve alta de 1,8% no 2T21, mostrando que se consolidou a recuperação em relação aos -4,1% do fechamento de 2020. Em valores, o PIB no 2T21 alcançou R\$ 2,1 trilhões, e acumulou R\$ 8,1 trilhões em quatro trimestres. Na oferta, todos os componentes estão com crescimento, com destaque para a indústria. Na demanda, o destaque positivo é a alta acumulada nos quatro trimestres de 12,8% da FBCF. Já o consumo do Governo, a queda é de 2,6%.

Diante desse resultado divulgado pelo IBGE, constata-se que o Brasil tem recuperado a atividade econômica de forma mais rápida do que outros países, inclusive quando comparado a alguns países emergentes. Na amostra de mais de 30 países e grupos da OCDE que já divulgaram



seus resultados trimestrais, o Brasil apresentou desempenho do PIB acima da média no resultado interanual e no acumulado em 4 trimestres. No acumulado em 4 trimestres, o Brasil supera países desenvolvidos como o Reino Unido e Alemanha e em relação aos emergentes, fica atrás apenas da China e do Chile.

Gráfico 1 – PIB – Var. % acumulada em 4 trimestres

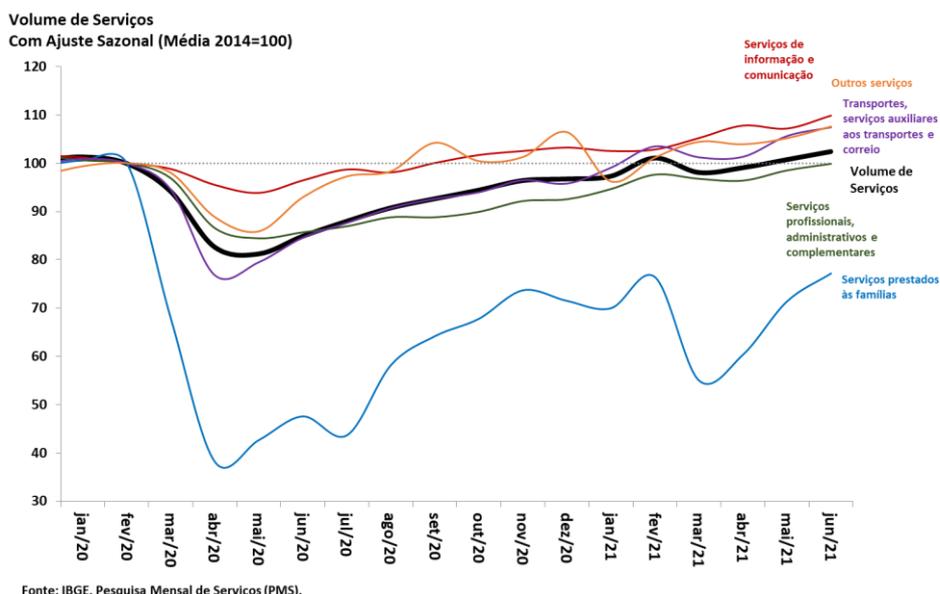


2. Crescimento do setor de serviços e perspectivas positivas para o investimento

Ao longo de 2021, a economia mostra sinais de recuperação contínua. Nota-se o bom resultado da atividade no primeiro semestre deste ano, crescendo 6,4%. O destaque são os serviços que têm se recuperado consistentemente. Segundo os dados de junho da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), praticamente quatro das cinco atividades atingiram o patamar anterior à pandemia. Ademais, as subdivisões mais afetadas pela pandemia, tais como transportes, serviços profissionais e serviços prestados às famílias (que incluem alojamento, alimentação e lazer) têm se recuperado com a ampliação da vacinação.

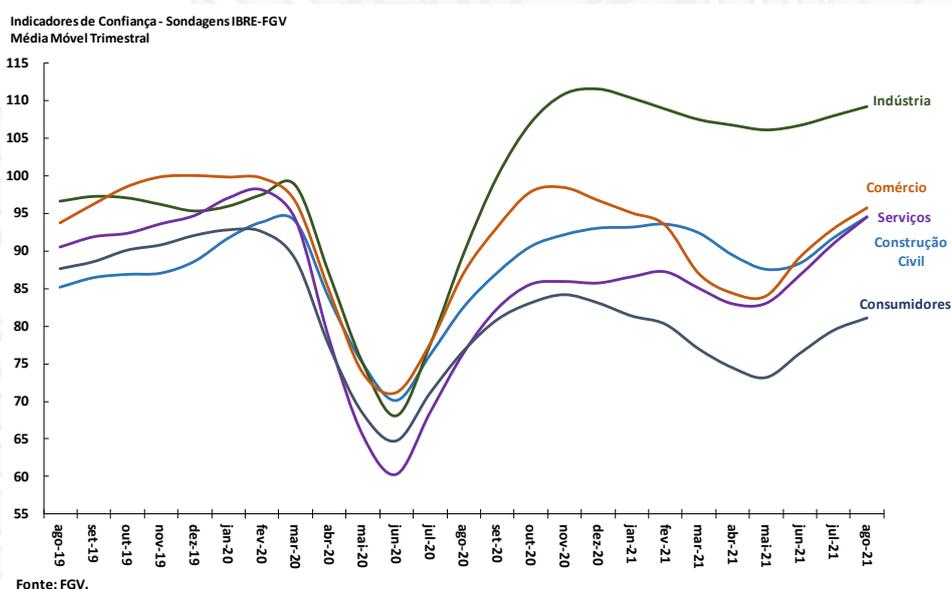


Gráfico 2 – Evolução dos Serviços – PMS/IBGE



Os indicadores de confiança (FGV) de empresários e consumidores indicam manutenção do ritmo de crescimento nos próximos meses. Os dados, com referência de julho e agosto, indicam a contínua recuperação após o impacto do recrudescimento da pandemia em março deste ano. Deve-se destacar que, enquanto a maioria dos setores retomou os patamares de confiança do início deste ano, o setor de serviços apresentou o maior nível desde outubro de 2013. O melhor desempenho dos serviços se dá ao mesmo tempo com a expansão da vacinação e resultados positivos no mercado de trabalho, principalmente no setor informal.

Gráfico 3 – Indicadores de Confiança (FGV) de Empresários e Consumidores

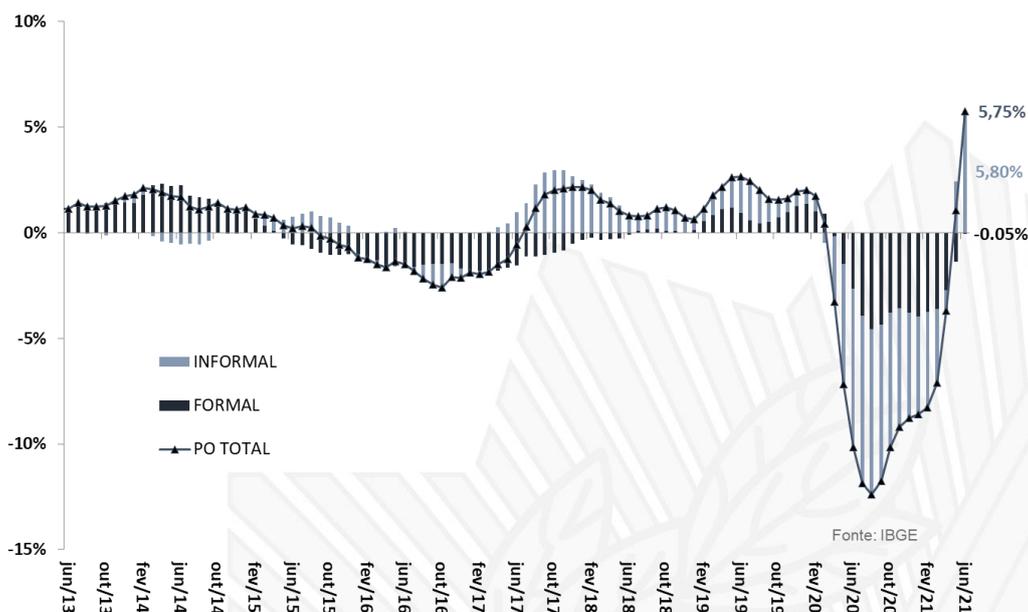


Historicamente, as recessões são caracterizadas pela forte redução dos postos de trabalho formal; já os empregos informais, pelo menos no início das crises, compensam parcialmente a piora do emprego. No entanto, na recessão do ano passado, a principal fonte para o aumento do desemprego e redução da população ocupada se deu pela retração dos trabalhadores informais,



haja vista que o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm) limitou a queda dos empregos com carteira assinada. Constatou-se que, na última divulgação da PNAD contínua, houve aumento de quase 2 milhões de empregos informais quando comparado ao 1T21 – crescimento de 5,4% considerando o ajuste sazonal. O total de trabalhadores informais em fev/20 era de 40,4 milhões de pessoas. No pior momento da crise, houve redução de 6,9 milhões de empregos informais, totalizando 33,5 milhões de trabalhadores. Já no último dado divulgado, há 38,2 milhões de trabalhadores informais, recuperando 4,7 milhões em relação ao vale de 2020.

Gráfico 4 – Composição da variação total da população ocupada



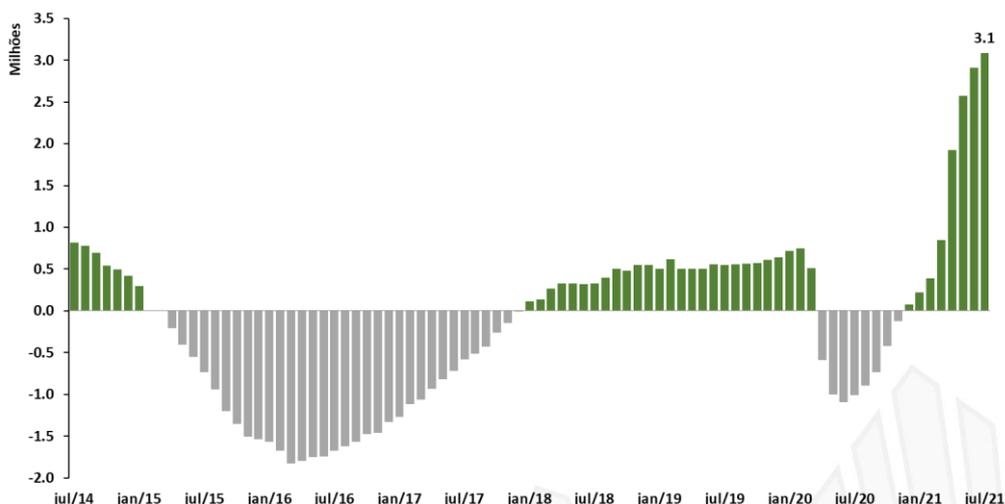
O setor formal, segundo a PNAD contínua, também apresenta bons resultados. A divulgação do 2T21 mostra aumento de 670 mil novos postos quando comparado aos primeiros três meses do ano, considerando o ajuste sazonal. Cabe destacar que na recessão de 2014-16 houve retração interanual por 39 meses consecutivos. Na pandemia, a queda se deu por 15 meses.

Ademais, os dados do Caged também indicam forte crescimento do mercado de trabalho formal. A variação acumulada em 12 meses mostra aumento de mais de 3 milhões de postos com carteira assinada. É fato que houve mudança metodológica, no entanto, cabe destacar que nos anos de 2015 e 2016, a redução de empregos formais foi de 1,5 e 1,3 milhão, respectivamente. Somente em 2021, há mais de 1,8 milhão de novos empregos formais. A maior parte das vagas geradas no ano, até julho/2021, vem do setor serviços, com 756 mil novas vagas (41% do total), seguida de indústria (22%) e comércio (17%).



Gráfico 5 – Mercado de Trabalho - Emprego Formal - Caged

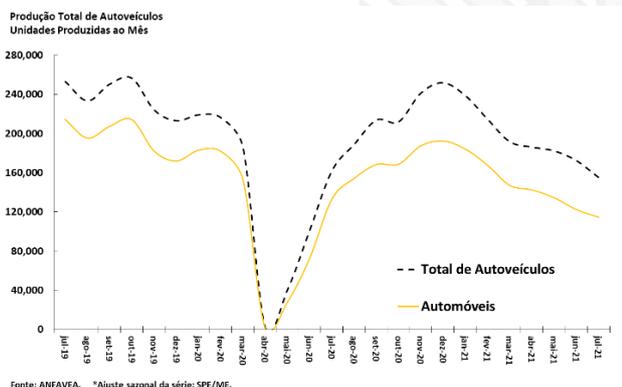
Criação Líquida de Postos Formais de Trabalho
Acum. em 12 meses (em postos de trabalho)



Fonte: ME - CAGED (dados ajustados).

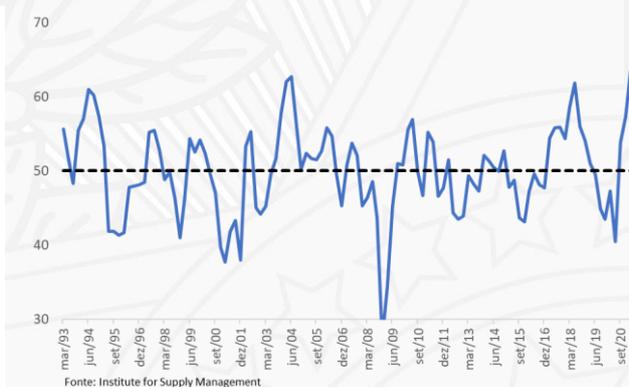
O resultado negativo da indústria indica problemas nas cadeias globais e dificuldade de fornecimento de matérias-primas, como, por exemplo, a descontinuidade no fornecimento de semicondutores. A indústria retraiu-se 0,2% no 2T21, apesar do bom resultado da construção civil e da extrativa, a queda da indústria de transformação foi de 2,2% e proporcionou a redução agregada do setor. A restrição com os insumos pode ser exemplificada com a relevante deterioração da produção no setor automobilístico, que se retraiu quase 40% desde dezembro do ano passado.

Gráfico 6a – Produção de Autoveículos



Fonte: ANFAVEA. *Ajuste sazonal da série: SPE/ME.

Gráfico 6b – Atraso de Pedidos (Indústria - EUA)

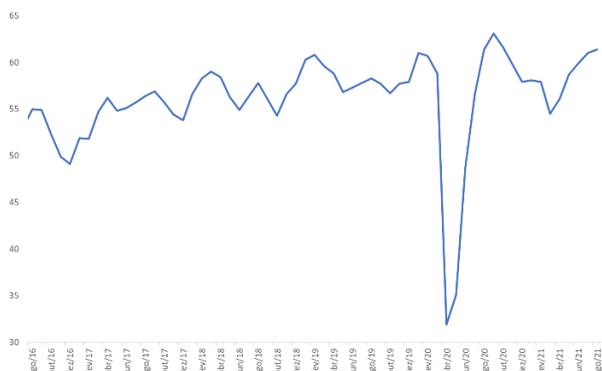


Fonte: Institute for Supply Management

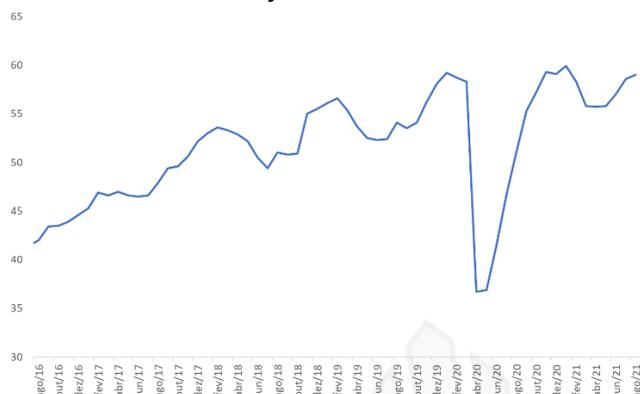
Há escassez de insumos para a continuidade da produção em diversos setores. Observa-se que a limitação de matéria-prima não é apenas no Brasil. Abertura do *ISM manufacturing*, para os EUA, mostra que o atraso de pedidos das indústrias está no maior valor desde o início da série. Ou seja, a indústria americana também tem tido dificuldades com insumos para sua produção.

Prospectivamente, os dados de confiança indicam que o setor industrial continuará crescendo no segundo semestre. Além do nível elevado da confiança do empresariado industrial, conforme a FGV, os indicadores da CNI mostram aumento das expectativas para a demanda do setor e ampliação do investimento nos próximos 6 meses. Dessa forma, segundo os industriais, a expectativa é de

melhora da demanda para os bens da manufatura, mantendo a tendência de crescimento. Ademais, o índice da intenção de elevação do investimento para os próximos 6 meses está próximo aos maiores valores desde 2014.

Gráfico 7a – Exp. de demanda da indústria

Fonte: CNI

Gráfico 7b – Intenção de Investimento

Nesse ambiente, espera-se crescimento do PIB em 2021 superior a 5,0%. Para o curto prazo, os principais fatores positivos para sustentar essa continuidade da recuperação da atividade são: i) aceleração do crescimento dos principais parceiros comerciais do Brasil (Estados Unidos e China); ii) política monetária global acomodatória e aumento do preço das commodities; iii) elevado carregamento estatístico para 2021 (4,9%); iv) maior taxa de poupança para o segundo trimestre desde o início da série; v) mercado de crédito e de capitais em expansão e vi) recuperação do emprego com a vacinação em massa. Os fatores de alerta são a deterioração do processo de consolidação fiscal, eventual aprofundamento da pandemia e o risco hídrico.

Agenda de reformas para consolidar retomada econômica

As maiores contribuições para a retração na margem do PIB no 2T21 vieram da queda da indústria de transformação (oferta) e da redução da FBCF (demanda). Conforme apresentado na seção anterior, a escassez de insumos, apesar da melhora da confiança dos empresários, teve efeitos negativos relevantes. Adicionalmente, o 2T21 foi o período com o maior número de mortes de Covid-19, devido ao agravamento da pandemia. Além do efeito devastador nas famílias brasileiras, houve impacto relevante nas decisões econômicas dos agentes.

No entanto, deve-se destacar que mais importante que a variação na margem é a qualidade do crescimento, que tem sido impulsionado pelo setor privado. Observa-se que a recuperação da atividade econômica acumulada em quatro trimestres, quando comparada a outros países, está diretamente relacionada à implementação da agenda de consolidação fiscal e reformas pró-mercado. Essas medidas que têm sido aprovadas desde 2019 e reafirmam o compromisso com a elevação do produto potencial da economia, melhor alocação de recursos e o compromisso com a sustentabilidade fiscal.

Os bons resultados da consolidação fiscal podem ser observados nas projeções oficiais e de mercado. As expectativas da dívida bruta do governo geral (DBGG), projetada no começo deste ano pelo mercado e coletadas pelo Focus/BCB, indicavam valores, em percentual do PIB, de 92,6% e 94,1% para 2021 e 2022, respectivamente. No Focus de 27 de agosto, os valores reduziram-se a



82,1% e 83,5% para estes dois anos; redução de mais de 10 p.p. do PIB. Os dados oficiais divulgados no PLOA 2022 projetam a DBGG para 2022 em 81,2% e para 2023 em 79,8%.

Outro destaque positivo é a melhora do resultado primário. As estimativas do PLOA 2022 indicam que o déficit para este ano será de 1,8% do PIB e para 2022, o déficit se reduzirá para 0,5% do PIB. A melhora consistente do resultado primário se dá pela elevação das receitas e controle das despesas. Cabe ressaltar que, mesmo após forte deterioração do endividamento público em 2020 (devido ao gasto necessário para combate à pandemia), o endividamento está sendo reduzido já neste ano e que a melhora do resultado primário, tão esperado desde a implementação do teto dos gastos, poderá alcançar resultados não observados desde 2014.

Fundamentos fiscais mais sólidos permitem ancoragem das expectativas de inflação, redução estrutural da taxa de juros e menor risco-país. A melhora do resultado fiscal, a despeito da crise sanitária de 2020, é fruto de diversas medidas legislativas que fortaleceram o arcabouço fiscal, como a manutenção do Teto de Gastos, a Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 109 (“PEC Emergencial”), as Leis Complementares nº 173 (amparo aos entes subnacionais), nº 176 (resolução do passivo da Lei Kandir) e nº 178 (aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ademais, o crescimento de longo prazo da economia brasileira depende de importante agenda de reformas pró-mercado: abertura econômica, privatizações e concessões, melhora dos marcos legais e aumento da segurança jurídica, melhor ambiente de negócios e redução da burocracia, correção da má alocação de recursos e facilitação da realocação de capital e trabalho na economia.

Dessa forma, é fundamental destacar que o sucesso da implementação da agenda de consolidação fiscal e reformas pró-mercado está intimamente relacionado à retomada ora em curso na economia brasileira.

Conclusão

O resultado do PIB do 2T21 retraiu na margem em 0,1%. O resultado negativo ocorreu no trimestre com o maior número de mortes por Covid e com efeitos setoriais relevantes. Na indústria de transformação, a escassez de matérias primas teve impactos negativos e, devido à quebra de safra no café, houve retração do setor agropecuário. No entanto, destaca-se que a vacinação em massa tem possibilitado fortalecimento dos serviços, destacando este setor como principal contribuidor para o PIB no primeiro semestre. Projeta-se continuidade do bom desempenho do setor de serviços ao longo deste ano e, espera-se que o setor industrial volte a contribuir positivamente a partir do 3T21, devido à expectativa dos industriais de maior demanda.

Dessa forma, o emprego no setor informal deverá se recuperar mais rapidamente, à medida que a atividade de serviços se fortaleça. Ademais, observou-se melhora relevante nos indicadores de mercado de trabalho ao longo do 2T21, com crescimento do número de empregos formais e informais.

Embora o resultado do 2T21 tenha sido marginalmente negativo, importa observar a qualidade do crescimento econômico desde a retomada no 3T20. A recuperação econômica tem ocorrido via setor privado, com aumento do investimento e da poupança. A comparação



internacional para o crescimento do PIB acumulado em quatro trimestres mostra a boa posição da economia brasileira.

Essa melhora da retomada é fruto de medidas que buscam a melhor alocação de recursos, seja pelo aumento da produtividade através de reformas pró-mercado ou pela consolidação fiscal. Por fim, cabe ressaltar que, para reverter de forma sustentável o diagnóstico do baixo crescimento da economia brasileira é necessário combater as causas da baixa produtividade e da má alocação de recursos. Para isso, não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser por medidas que busquem a melhor alocação de recursos e incentivem a expansão do setor privado, por meio das reformas pró-mercado e da consolidação fiscal.